

Políticas Públicas de Educação, Esporte e Saúde em Santa Catarina: Possibilidades Interdisciplinares

Carine Collet, Ricardo Teixeira Quinaud, Miraíra Noal Monfroi, Alcyane Marinho e Juarez Vieira do Nascimento

Resumo

Este trabalho teve por objetivo analisar as possibilidades interdisciplinares das políticas públicas do Estado de Santa Catarina, relacionadas à educação, ao esporte e à saúde. Para tanto foi realizado um estudo de caráter qualitativo, de natureza documental, buscando-se analisar os conteúdos dos planos estaduais que envolvem essas três áreas acerca das intencionalidades interdisciplinares, bem como quantificar os projetos específicos de cada Secretaria Estadual. Nos documentos analisados, foi possível destacar a importância social dos projetos e programas oferecidos, contudo, eles não apresentam como os projetos foram operacionalizados, nem como esses poderiam melhorar a prática pedagógica e a intervenção nos diferentes espaços de atendimento à população. Evidencia-se que governo e sociedade possuem o poder de transformar a realidade e fazer com que projetos e programas venham a funcionar de forma eficiente e significativa.

Palavras-chave

Políticas públicas; saúde; esportes; educação.

Abstract

This study aimed to analyze the public policies of the state of Santa Catarina related to education, sport and health and their interdisciplinary possibilities. To do so, a qualitative and quantitative study was carried out, seeking to analyze the contents of the state plans that involve these three areas regarding interdisciplinary intentionalities, as well as to quantify the specific projects of each State Secretary. Based on a document analysis, it was possible to highlight the social importance of the projects and programs offered; however, they do not show how they are operationalized, nor how they could improve the pedagogical practice and the intervention in the different spaces of service to the population. It is evident that government and society have the power to transform reality and make projects and programs work efficiently and significantly.

Keyword

Public policy; health; sports; education.

INTRODUÇÃO

Os setores da educação, do esporte e da saúde representam algumas das necessidades básicas e dos direitos fundamentais da população, compreendendo importantes ações que deveriam ser atendidas pela esfera pública. Neste sentido, as políticas públicas se caracterizam pelos direcionamentos específicos que buscam atender aos direitos da população, compondo um conjunto de ações coletivas voltadas para a garantia dos direitos sociais, configurando um compromisso público que visa atender determinada demanda, em diversas áreas (Guareschi *et al.*, 2004).

Quando realizadas isoladamente, ações podem atender a uma necessidade específica, porém, ao se pensar em maior abrangência, é imprescindível que haja uma interação entre os diferentes setores. Tal interação, também qualificada como trabalho intersetorial com características de interdisciplinaridade, compreende possibilidades de ações que visam o desenvolvimento integral do ser humano. A interdisciplinaridade corresponde à colaboração entre as disciplinas, neste caso, que compõem setores, conduzem a interações, com enriquecimento mútuo (Alvarenga *et al.*, 2011).

Neste sentido, é relevante destacar que as políticas públicas no Brasil, organizada sob moldes federativos, com autonomia política e ideológica entre as unidades da federação, por vezes, acabam definindo uma direção ideológica na esfera nacional e outras nas esferas estadual e municipal (Amaral, 2004). Ainda cabe considerar que a concretização das intencionalidades do serviço público está descrita nos Planos Estaduais, os quais correspondem às ações que devem transcender à gestão política vigente. Além disso, os projetos específicos e as ações de governo representam a consolidação das intencionalidades, por meio do atendimento direto à população. Salienta-se que este atendimento acaba sendo dificultado, na maioria das vezes, pelos recursos destinados ao setor público ficarem por conta da iniciativa da união e, do seu total, uma parcela reduzida é distribuída entre os estados (de acordo com suas respectivas arrecadações) e outra menor é repassada às gestões municipais para aplicação onde, efetivamente, vive a população (Thomaz, 2014).

No estado de Santa Catarina, muitos setores do serviço público declaram a intenção de desenvolver suas ações interdisciplinarmente, de acordo com documentos estudados, analisados no decorrer deste artigo. No entanto, esta intencionalidade é apresentada indiretamente ou sem clareza. Nesta perspectiva, ao se pensar a interdisciplinaridade, especificamente, no que diz respeito à educação, ao esporte e à saúde, existe a possibilidade mais efetiva de desenvolvimento conjunto, tendo em vista que correspondem a ferramentas importantes para o desenvolvimento humano. A partir do exposto, algumas perguntas inquietantes nortearam o desenvolvimento desta pesquisa: os projetos de políticas públicas que envolvem esporte, saúde e educação podem ser considerados uma possibilidade de desenvolvimento integrado dessas três esferas em Santa Catarina? Em quais projetos essa interdisciplinaridade se apresenta? Como esses projetos estão propostos? Com a intenção de responder a esses questionamentos, a pesquisa teve como objetivo geral analisar as possibilidades interdisciplinares das políticas públicas do Estado de Santa Catarina, relacionadas à educação, ao esporte e à saúde.

METODOLOGIA

O presente estudo se caracteriza, pela sua natureza, como uma pesquisa qualitativa (Sparks; Smith, 2014), uma vez que analisa os conteúdos dos planos estaduais de educação, esporte e saúde no que diz respeito às suas intencionalidades de natureza interdisciplinar. Além disso, também pode ser caracterizado como uma pesquisa documental por se tratar de informações provenientes de documentos e *websites* utilizados como veículos de comunicação que tem o potencial de informar e estruturar a tomada de decisões das pessoas envolvidas (Coffey, 2014). Por meio da análise documental, foi possível obter informações relevantes sobre as políticas públicas do governo do estado de Santa Catarina.

A coleta dos dados foi realizada a partir da busca às páginas eletrônicas oficiais da Secretaria de Estado da Saúde (SES), Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte (SOL), Secretaria de Estado da Educação (SED), bem como no espaço das ações de governo presentes na página do Governo do Estado de Santa Catarina. Os dados foram coletados no período de agosto a setembro de 2014. O recorte temporal dos projetos foi dos anos de 2011 a 2014, tendo em vista a proximidade das eleições para o cargo de governador quando esta pesquisa foi realizada. Assim, buscou-se produzir uma reflexão sobre as políticas desenvolvidas do mandato de 2011-2014, bem como um registro histórico das suas possíveis ações interdisciplinares. O Quadro 1 apresenta uma síntese dos ambientes virtuais, documentos e projetos analisados.

Quadro 1 – Ambientes virtuais e documentos analisados sobre as políticas públicas do Governo do Estado de Santa Catarina

Ambientes virtuais	Documentos	Projetos
Secretaria de Estado da Educação	Plano Estadual de Educação	Para a educação
Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte	Plano Estadual da Cultura, do Turismo e do Desporto	Para o esporte
Secretaria de Estado da Saúde	Plano Estadual de Saúde	Para a saúde
Governo do Estado	Ações de governo	Para educação, esporte e saúde

Fonte: produzida pelo autor (2017).

Após coletados, os dados foram agrupados a fim de quantificar os projetos encontrados de cada setor, porém, houve dificuldade em estabelecer números precisos em virtude da divergência de informações encontradas nas diferentes fontes de consulta, pois algumas se repetem, outras se apresentam com diferentes nomes e outras aparecem em somente uma das listas, configurando-se, portanto, como a principal limitação do estudo. Em contrapartida, o registro trazido por esta pesquisa possibilita o acesso a informações, muitas vezes, perdidas entre um governo e outro. As análises específicas de cada documento ou projeto foram possíveis a partir das informações disponíveis nas páginas oficiais da internet, embora nem todas tenham apresentado dados suficientes acerca de cada ação específica. Foram analisados os aspectos específicos relacionados à educação, ao esporte e à saúde, bem como à presença da interação entre esses aspectos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A apresentação dos dados do presente estudo foi realizada tematicamente, tendo em vista a importância de especificar o que estava sendo desenvolvido ou divulgado acerca de cada setor – educação, saúde e esporte. Por não haver uma área multidisciplinar específica no âmbito do estado de Santa Catarina, os dados foram apresentados de acordo com o que foi encontrado sobre cada tema e em cada secretaria específica, porém, buscando nos textos as intencionalidades interdisciplinares.

Os dados acerca das políticas públicas de educação, esporte e lazer foram encontrados em diferentes ambientes virtuais. Os documentos relacionados às esferas de interesse foram encontrados nos *sites* oficiais de cada secretaria, sendo analisados os planos de governo para cada área específica. Os planos de governo da saúde e da educação citavam as ações que pretendiam realizar nos anos subsequentes a sua publicação em 2014, visando atender aos anseios da população na busca por uma melhor qualidade de vida. O plano estadual de esporte ainda se encontrava em momento de discussão e elaboração (Santa Catarina, 2017), estando disponível somente um documento preliminar sobre o assunto.

Na página geral do Governo do Estado de Santa Catarina existia um espaço denominado “Ações de Governo”, com um *link* para as informações acerca de Agricultura e Pesca, Cultura, Ciência e Tecnologia, Desenvolvimento Social, Transportes e Estradas, Segurança Pública, além das ações envolvendo Educação, Esporte e Saúde. Nesse espaço, havia uma síntese das ações públicas realizadas pelo governo do estado abrangendo cada uma das necessidades básicas da população. A listagem contida nesse espaço se diferenciava das ações de políticas públicas disponíveis nos *sites* específicos de cada secretaria de estado, dificultando a visualização precisa e a identificação específica dos projetos existentes.

Tabela 1 – Programas e projetos de educação, esporte e saúde no estado de Santa Catarina

Setores	Programas e Projetos
Educação	15
Educação + esporte	2
Educação + saúde	4
Educação + saúde + esporte	3
Esporte	11
Esporte + educação	2
Saúde	3 + 1*
Saúde + educação	2

Fonte: produzida pelo autor (2017).

*Presença de um projeto interdisciplinar: atendimento domiciliar.

Foram encontradas divergências acerca dos projetos, tanto no que diz respeito à quantidade proposta em cada secretaria, quanto aos títulos de alguns projetos que, embora diferentes, apresentavam conteúdos similares. É importante destacar que os projetos descritos na íntegra não foram encontrados na internet, somente uma breve descrição de cada um, e outros poucos com *sites* específicos de divulgação. O maior número de projetos foi identificado no setor da educação (24), inclusive, com ações voltadas ao esporte e à saúde. Foram encontrados poucos projetos do governo do estado relacionados à saúde (6), pois, verificou-se maior direcionamento ao desenvolvimento do Sistema Único de Saúde (SUS), com ações mais abrangentes em cada projeto.

As ações de políticas públicas estaduais são regidas pelos planos estaduais em cada setor específico, os quais apresentam metas e intenções baseadas nas necessidades da população, estes também deveriam transcender à gestão partidária de cada período eleitoral, tornando-se um guia para o poder público do estado. No caso específico do estado de Santa Catarina, no período estudado, o Plano Estadual de Educação (PEE-SC) abordava a importância do desenvolvimento integral do indivíduo por meio da interação entre as diferentes áreas do conhecimento, enquanto o Plano Estadual de Esporte ainda se encontra em discussão, sendo mais voltado para a realização de competições esportivas. Por sua vez, o Plano Estadual de Saúde visa à ampliação e o melhoramento do SUS.

Em relação ao Projeto Atendimento Domiciliar Interdisciplinar, destacado na Tabela 1, trata-se de uma ação do Hospital Regional de São José (HRSJ-SC), em que os profissionais da saúde atendem os pacientes em sua própria residência (Santa Catarina, 2013). Apesar de estarem disponíveis poucas informações acerca do projeto, é citada uma equipe multidisciplinar – vários profissionais atuando separadamente –, mas não aponta de que maneira esse trabalho é realizado interdisciplinarmente – atuação em conjunto e com profundidade. Vale ressaltar que a atuação multidisciplinar na saúde é realizada em países como Estados Unidos (Harris *et al.*, 2011), Alemanha (Vollmar *et al.*, 2014) e Coreia do Sul (Moon, 2015), há uma tendência desta perspectiva.

Frente a este cenário, consideramos importante salientar o que Cristaldo (2020) aponta, a partir de uma revisão de literatura sobre a estratégia de desenvolvimento da administração política. Os autores estudados por Cristaldo (2020, p. 122) defendem que “[...] o Brasil precisa de um Projeto de Nação a longo prazo que supere a temporalidade do ciclo político, ao redor do qual deveriam se comprometer os diversos atores sociais, grupos, classes e frações, independentemente de suas diferenças de interesse curtuprazistas.” Com esta reflexão passamos a mostrar os dados percebendo que ainda, infelizmente, estamos longe deste formato de administração pública.

EDUCAÇÃO

A educação constitui de uma das ferramentas básicas para o desenvolvimento do ser humano, pois o conhecimento traz retornos pessoais e sociais, inclusive, proporcionando ascensão social, com melhores condições de vida (Saraiva; Nunes, 2011). O poder público

tem o dever constitucional (Brasil, 1988) de oferecer à população condições adequadas para o desenvolvimento da educação, as quais são estabelecidas por meio dos planos de governo e concretizadas por meio dos programas e projetos de educação.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2017), a educação brasileira ao longo dos anos está melhorando gradativamente, com menores percentuais de analfabetismo e maiores anos de escolaridade. Todavia, se analisados os testes comparativos de educação com outros países, o Brasil ainda se encontra em colocações muito inferiores (OECD, 2016), além de apresentar, de acordo com os próprios estudantes, muitos limites e condições precárias de infraestrutura, higiene e conforto (Leão; Dayrell; Reais, 2011).

PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO (PEE-SC)

Em relação ao estado de Santa Catarina, o PEE destacava a importância da construção dos consensos necessários à sustentabilidade do sistema e à promoção das mudanças, visando à qualidade da educação e à valorização de seus profissionais em todo o território catarinense. O documento propunha uma consolidação do Sistema Estadual de Educação de Santa Catarina, transcendendo a gestão governamental e proporcionando mudanças nas políticas educacionais, gerando avanços no processo educacional e na melhoria da qualidade de vida da sociedade catarinense.

O documento disponível publicamente, no período da coleta de dados, consistia em uma versão preliminar do PEE para o período de 2015 a 2024, o qual retratava um diagnóstico inicial a partir do perfil demográfico e socioeconômico de Santa Catarina, sendo o mesmo aprovado de acordo com a Lei nº 16.794, de 14 de dezembro de 2015. Na sequência, eram citados os níveis e as etapas da educação catarinense, estando relacionadas à educação básica e suas modalidades, à educação em tempo integral, acerca dos profissionais da educação, do índice de desenvolvimento da educação básica, da educação superior, bem como da gestão e do financiamento da educação. A legislação também foi apresentada como base para a construção da educação no estado. Por fim, o documento apresentava uma lista de metas e as respectivas estratégias para alcançá-las.

O destaque da melhoria da qualidade da educação tinha, como uma das consequências, a transformação em uma sociedade com menos desigualdades, por meio da democratização do acesso, da formação de cidadãos críticos e da valorização dos profissionais envolvidos com o ambiente educacional (Santa Catarina, 2014a). O documento cita as ações ideais para o desenvolvimento das populações, procurando demonstrar a importância da educação para o desenvolvimento de cada cidadão e, conseqüentemente, do seu entorno; embora isso nem sempre seja observado na realidade, visto que são encontradas, facilmente, escolas sem infraestrutura adequada (Leão; Dayrell; Reais, 2011).

O documento citava Santa Catarina como um estado de destaque no cenário nacional, no que se refere ao atendimento às necessidades básicas da população – educação, saúde, saneamento básico, emprego, moradia. Mesmo sabendo que as condições de necessidade básicas

dos indivíduos variam de acordo com os diferentes lugares e períodos históricos, ainda contavam com dificuldade em fornecer condições consideradas adequadas para atender à demanda populacional (Pereira, 2006), apesar de servirem como ponto de partida para planejamento, execução e avaliação das ações de políticas públicas do estado.

A intencionalidade do desenvolvimento da educação ampla e contextualizada fica clara quando foram citadas ações de colaboração com diferentes setores, como, por exemplo, definição de metas junto à união e aos municípios. Esse pensamento interdisciplinar considera o ser humano na sua integralidade, com diferentes necessidades para o bem viver. Embora, ainda utópico, na maioria das realidades encontradas no nosso país, a educação é considerada uma ferramenta que abre portas para o mundo, pois segundo Wilson (2011), os índices de desenvolvimento humano afirmam que a educação é fundamental para criar um mundo melhor para todos.

PROGRAMAS E PROJETOS DE EDUCAÇÃO

A partir das concepções, metas e estratégias estabelecidas no PEE, foram desenvolvidos programas e projetos que visam operacionalização desses conteúdos. Muitos dos projetos estavam citados no *site* do Governo do Estado de Santa Catarina no espaço denominado “Ações de Governo”, além de serem encontrados também no *site* específico da SED. Cada uma dessas ações contém sua descrição e seu *site* específico para maiores informações, os quais estão relacionados com acessibilidade a deficientes, ampliação do horário de atendimento escolar, entre outros.

Foram identificadas 24 ações/projetos de políticas públicas para o desenvolvimento da educação, sendo 15 projetos voltados somente à educação ou envolvendo temas diversos, como comunicação, política e ciência. Apesar de o estado de Santa Catarina ser referência na educação, não foram encontrados dados informando sobre a efetividade dos projetos, suas implementações e resultados.

Ainda com base no PEE, as ações educativas relacionadas ao setor da saúde apareciam quando se falava sobre educação especial, citando os centros de atendimento e as associações. Além disso, a saúde aparecia como estratégia para o alcance de metas, articulação das áreas da educação, saúde e assistência social, com foco no desenvolvimento integral de crianças até três anos de idade. Outra estratégia que citava a educação foi a intenção de fortalecer o acesso e a permanência das crianças na educação infantil, em especial dos beneficiários de assistência social, saúde e proteção à infância (Santa Catarina, 2014a).

As demais estratégias remetiam à educação como uma das ações importantes à população, sendo citadas em conjunto com órgãos de saúde, assistência social e cidadania, específicas a cada meta estipulada. Uma das estratégias também citava o estímulo à criação de centros multidisciplinares de apoio, pesquisa e assessoria, articulados com instituições acadêmicas visando fornecer o apoio aos professores da educação básica para o trato com estudantes com deficiência e outras necessidades. Por fim, o documento citava uma estratégia específica

acerca da necessidade de articulação de órgãos responsáveis pela saúde e pela educação para o atendimento de estudantes da rede escolar para ações de prevenção, promoção e atenção à saúde.

Observou-se que, neste documento, havia uma constante citação e demonstração da importância de aliar a educação com diferentes esferas da sociedade, inclusive, citando a saúde em várias de suas estratégias para a melhoria da qualidade de vida da população. Para tanto, os projetos encontrados que buscavam aliar a educação com a saúde foram quatro, sendo que alguns deles envolviam a necessidade de educação para a manutenção da saúde e a prevenção de doenças.

Tratando-se do esporte, este também era citado como um dos setores a se aliar à educação, a partir de um programa do governo federal que tem como objetivo oportunizar ao adolescente e ao jovem a ampliação do tempo escolar, integrando à sua formação, atividades de aprendizagem voltadas à cultura, à arte, ao esporte, ao empreendedorismo, à sustentabilidade e à tecnologia, com conteúdos curriculares organizados a partir de um planejamento interdisciplinar (Santa Catarina, 2014a).

Além disso, o esporte aparecia como uma das ações importantes no que se refere ao ensino médio, além de ser citada como uma das áreas com intenção de melhoria da qualidade educacional. Na concepção ideal de escola, o esporte deve ser tratado como conteúdo de uma disciplina comprometida com o processo educativo, compreendendo suas diversas formas de manifestações (Santos; Nista-Piccolo, 2011).

Foram dois projetos que alinhavam educação e esporte, sendo um deles relacionado a ações de iniciação esportiva na escola e outro relacionado ao estágio supervisionado. Em relação à possibilidade de desenvolvimento conjunto do trinômio educação, saúde e esporte foi identificada em três projetos, sendo citados como um conjunto de atividades a serem desenvolvidas em determinado momento. Em contrapartida, a referenciação desses elementos não garante a intenção de trabalho interdisciplinar, tendo em vista que não são abordados de forma entrelaçada ou interligada. Assim, ao citar diferentes esferas, o documento apresenta uma intenção multidisciplinar, a qual, segundo Alvarenga e demais autores (2011), corresponde à solução de problemas a partir da colaboração mútua de duas ou mais ciências, sem interações propriamente ditas.

A contribuição abrangente de diferentes setores, bem como a construção conjunta de ações sociais podem trazer maiores benefícios para toda a população e para o desenvolvimento das diferentes regiões. O que corrobora as ideias de Thiesen (2008) sobre as abordagens interdisciplinares poderem se constituir em instrumentos de conscientização e transformação do mundo, por impulsionar transformações no pensar e no agir humano em diferentes sentidos. A interdisciplinaridade é um movimento importante de articulação entre o ensinar e o aprender, retomando a ideia da interatividade e interdependência das coisas, demonstrando a complexidade do contexto da realidade (Thiesen, 2008).

ESPORTE

O esporte representa um fenômeno cada vez mais envolvente e promissor nos diferentes contextos sociais, tendo em vista a riqueza de vivências, envolvimento e emoções que proporciona (Shilling; Mellor, 2014), além de estar inserido nas ações do Estado por meio da gestão pública, acentuando sua visibilidade em toda a comunidade em função da atuação que assume em inúmeros segmentos (Bastos, 2011; Houlihan, 2005). Além disso, cada vez mais a população procura o esporte em suas diferentes manifestações seja como praticante nos momentos de lazer, atleta em competições, espectador, entre outras. As metas estabelecidas pelo âmbito público devem atender a essas diversas intencionalidades, tendo como base o diálogo. Contudo, na prática, nem sempre é a condição adequada a que se observa (Barra; Silva; Vitorino, 2016). Resultado é a descredibilidade, por parte da população, com as estruturas políticas, fazendo com que ela não se interesse por seus assuntos (Bastos, 2011).

PLANO ESTADUAL DE CULTURA, TURISMO E DESPORTO (PDIL)

Como uma das ferramentas de planejamento, organização e promoção das ações gerenciais do governo, foi elaborado o Plano Estadual de Cultura, Turismo e Desporto (PDIL), definido por meio da Lei nº 13.792, de 18 de julho de 2006, e regulamentada pelo Decreto nº 2.080, de 3 de fevereiro de 2009, o qual apresenta subprogramas específicos relacionados à Integração do Lazer, Desenvolvimento da Cultura, Desenvolvimento dos Esportes e Desenvolvimento do Turismo (Santa Catarina, 2009). As diretrizes do plano referiam-se à integração entre turismo, cultura e esporte e destes com as áreas sociais e da educação, entre outras, iniciando uma intenção de trabalho interdisciplinar que pudesse unir as diferentes esferas. Quando se trata especificamente do esporte, o documento cita a utilização de espaços públicos, de espaços para competição e participação, inclusive, cita a prática de atividades físicas visando melhoria da qualidade de vida e preservação da saúde.

No Programa de Desenvolvimento dos Esportes, o documento apoia a formação profissional, incentivo à prática com populações especiais, incentivo à competição, à participação, ao esporte escolar, entre outros. Assim, ao referenciar tais aspectos, o documento considera o esporte nas suas diferentes manifestações, em uma concepção abrangente e amplamente acessível, numa configuração de trabalho interdisciplinar.

Em contrapartida, os programas e projetos encontrados para concretizar as metas descritas no plano não atendem às mesmas expectativas. Os programas e projetos de esporte estavam mais voltados às questões competitivas em diferentes populações do que com a realização de ações de desenvolvimento ampliado do esporte. Apesar de destacar a importância da competição, este não deve se restringir à performance, pois, segundo Goellner (2005), o esporte tem uma dimensão ampla e multifacetada, e como qual, não pode ser visto somente com uma abordagem de esporte de rendimento.

Ao verificar as políticas de financiamento ao esporte, no cenário brasileiro, pode-se dizer que o incentivo está sendo mais viabilizado; entretanto, nota-se o direcionamento destes

recursos ao esporte de alto rendimento, em algumas cidades e organizações (Matias, *et al.*, 2015). No estado de Santa Catarina a situação das políticas não parece ser diferente da nacional, sendo os recursos financeiros direcionados às propostas de maior retorno financeiro ao estado, deixando de priorizar manifestações esportivas como o caso do esporte educacional (Furtado; Furtado, 2014).

No site da SOL são citados o Plano Estadual de Cultura e o Plano Estadual de Turismo. Nenhuma nota se refere a existência de um Plano Estadual de Esporte. Ao ser realizada uma pesquisa em *sites* de busca na internet, foi encontrado um *link* que mencionava o início de debates para a elaboração de um Plano Estadual de Esporte e Lazer. Nenhuma notícia complementar foi encontrada na internet acerca do assunto. Nesse sentido, parece não haver, ou não estar disponibilizado ao público em geral, um documento específico com as diretrizes para planejamento, execução e avaliação do esporte em Santa Catarina, tendo em vista que as informações ainda são divergentes e, por vezes, ausentes.

A elaboração de documentos de planejamento é de suma importância para a definição de políticas públicas estruturadas (McCree, 2009). A existência e a divulgação destes documentos contribuem na prevenção da unilateralidade das tomadas de decisões e auxiliam no controle do poder público para atividades de interesse particular (Houlihan, 2005; Sam; Jackson, 2004), uma vez que fatores econômicos e políticos podem interferir na tomada de decisão da distribuição de recursos financeiros (Sam, 2012).

PROGRAMAS E PROJETOS DE ESPORTE

O setor esportivo do governo do estado, responsável pela elaboração do documento, é a SOL. O esporte é organizado e controlado pela Fundação Catarinense de Esporte (Fesporte), órgão vinculado à secretaria. O enfoque dado ao esporte no estado está ligado às competições esportivas, com suas diferentes populações, em que alguns citam a importância da socialização por meio das competições. No *site* da Fesporte, são destacadas somente notícias acerca dos eventos esportivos do estado.

Na área do esporte também foram encontradas divergências quanto à quantidade e às características dos projetos nas diferentes páginas virtuais, porém, foram identificados 11 projetos relacionados especificamente ao esporte e mais 2 que citavam a educação aliada ao esporte. Porém, essa interação não se dá por meio da educação através do esporte, e, sim, colocando o esporte competitivo no ambiente escolar, nas suas configurações formais. O esporte predominantemente competitivo na escola limita as suas possibilidades como ferramenta de educação, pois, de acordo com Santos e Nista-Piccolo (2011), no esporte competitivo há uma predominância das atividades exclusivas aos mais hábeis.

No *site* geral do governo, no *link* “Ações de Governo” estavam apresentadas algumas especificações acerca das ações relacionadas ao esporte, em sua maioria, competitivo. Um projeto que não se refere à competição específica é o Programa Pintando a Liberdade, que se trata de uma busca pela ressocialização de detentos por meio da fabricação de materiais esportivos. É importante refletir sobre as condições de trabalho a que estes detentos são

submetidos, bem como sobre a necessidade, segundo Lima e Santos (2008), de o trabalho poder se estender para além do período prisional, visto a dificuldade destes ex-detentos se inserirem no mercado de trabalho.

Os projetos de esporte que se relacionam com a educação são o Festival Dança Catarina e os Jogos Escolares de Santa Catarina. No Festival Dança Catarina, além das competições, eram oferecidos cursos de capacitação aos professores, configurando-se como uma intenção específica de união com a educação. O projeto dos Jogos Escolares de Santa Catarina apresentava um propósito declarado de desenvolvimento do esporte educacional, porém, a sua realização tem enfoque na competição. Os demais eventos não citaram a intenção de desenvolvimento integrado com a educação ou a saúde.

Os eventos esportivos competitivos foram citados como ações de governo para o desenvolvimento do esporte no estado, assim como observado no estudo de Bueno (2008), que aborda a existência de um sentido histórico e de um padrão de políticas públicas esportivas no Brasil estarem voltadas ao alto rendimento, com uma contribuição desproporcional de recursos públicos – 80% alto rendimento, 10% educacional e 10% participativo. Tais constatações vão ao encontro das indicações da literatura científica da área, que cita o esporte com significados centrais de esporte profissional, esporte para o lazer e esporte educacional (PAES, 2002), devendo haver maior equilíbrio na atenção por parte das secretarias. A partir dessas ideias centrais, é possível ampliar as mais diversas manifestações do esporte, envolvendo o alargamento do acesso e a maior participação de todos.

SAÚDE

Citadas como uma das necessidades básicas da população, a saúde é direito de todos e dever do Estado (BRASIL, 1988). Ações conjuntas com outros setores e com a sociedade deveriam proporcionar o amplo acesso à manutenção da saúde e da qualidade no atendimento para o tratamento de doenças e o reestabelecimento da saúde, mas, principalmente, da prevenção levando a maior qualidade de vida da população (Silva; Pelicioni, 2013). Tais ações e estratégias estavam descritas nos documentos que guiam as ações de governo, concretizadas por meio dos programas e projetos voltados à saúde.

PLANO ESTADUAL DE SAÚDE

No caso do Plano Estadual de Saúde do estado de Santa Catarina, diz respeito às concepções, metas e estratégias para o desenvolvimento da saúde no período de 2012-2015 (Santa Catarina, 2011a). De maneira geral, o documento abordava o SUS como prioridade da maioria das ações relacionadas à saúde no estado, em que todas as esferas, profissionais e esforços devam estar voltados à melhoria e ao desenvolvimento deste setor.

A finalidade central do Plano Estadual de Saúde foi de atribuir, aos gestores do SUS, o obrigatório papel de realizar o processo de planejamento em saúde e implementação

da política de saúde no âmbito do governo estadual. As prioridades e o levantamento de problemas mais urgentes foram citados como assuntos debatidos em oficinas com as lideranças do estado, para, na sequência, definir os objetivos e diretrizes para cada um dos conjuntos de problemas. Tais objetivos foram a base para a construção do programa anual de saúde catarinense. O plano citava temas relacionados aos investimentos nos diferentes setores específicos da saúde, assistência a fármacos, realização de conferências e seminários, entre outros.

O plano destacava a educação como um condicionante importante para a saúde, tendo em vista que o documento cita que são encontrados melhores níveis de saúde em camadas de populações com níveis de instrução mais satisfatórios (Santa Catarina, 2011a). Citava a Escola de Saúde Pública de Santa Catarina com finalidade de realização de pesquisas, cursos de pós-graduação *lato sensu* e cursos de capacitação de gestão do SUS, atenção e educação na saúde, controle social e humanização. A Escola de Formação em Saúde (Efos) com finalidade ofertar cursos técnicos, durante o ensino médio, em saúde.

Por fim, o plano estadual de saúde refere-se à necessidade de fortalecimento do conceito de educação para a saúde, com articulação das diversas áreas do conhecimento, estabelecendo objetivos gerais, diretrizes e objetivos específicos para cada eixo citado no plano. Vilela e Mendes (2003), corroborando a importância da interdisciplinaridade no setor da saúde, discutem que a integração entre as disciplinas levará à formação de profissionais mais comprometidos com a realidade de saúde e com a sua transformação.

Especula-se a importância da educação atribuída pela área da saúde, uma vez que as populações com maiores graus de escolaridade têm maiores possibilidades de acesso ao conhecimento e, conseqüentemente, da promoção da saúde e prevenção de doenças. Além disso, de acordo com Langdon (2014), a implantação de programas de saúde para populações específicas e o financiamento a pesquisas antropológicas têm contribuído para a realização dos princípios constitucionais de acesso universal à saúde, ao controle social de doenças e à humanização no atendimento. Nesta perspectiva, nota-se que, quando a população é percebida e ouvida, pode existir a oportunidade de refletir e oferecer um atendimento voltado as suas necessidades, e, portanto, significativo e eficiente.

Os programas e projetos de saúde correspondem à intencionalidade de concretização das metas estabelecidas pelo Plano Estadual de Saúde. Nesse sentido, a busca pela interdisciplinaridade também é apresentada como importante atitude dos diferentes setores da sociedade, para juntos construir a melhor forma de desenvolver ações visando saúde da população.

PROGRAMAS E PROJETOS SAÚDE

Mesmo com essa perspectiva trazida, no *site* geral do governo do estado de Santa Catarina, no *link* ações governamentais eram listadas apenas quatro ações relacionadas exclusivamente à saúde, abrangendo o Atendimento Domiciliar, Rede Cegonha, Transplantes e Telemedicina. No *site* específico da SES não existia uma listagem específica de projetos

para o desenvolvimento da saúde no estado, havia vários *links* acerca de diferentes assuntos relacionados à saúde, tornando difícil a identificação precisa de cada um dos projetos.

O principal destaque da SES estava no atendimento do SUS, que apresentava distintas ações com objetivos voltados para a melhoria da saúde pública no estado. O Regimento Interno da SES do estado apresenta a missão e as competências da secretaria, dentre elas, a medicina preventiva, a administração hospitalar, a vigilância sanitária, além de objetivos de desenvolvimento de pesquisas e formulação de políticas públicas de saúde (Santa Catarina, 2011b).

O Regimento Interno apresentava a divisão da secretaria em gerências, as quais tinham responsabilidades específicas em cada setor da saúde. A grande maioria das ações apresentadas estavam relacionadas com a saúde em diferentes populações, locais e faixas etárias. Os projetos que buscavam relacionar a educação com a saúde eram alocados na Diretoria de Educação Permanente em Saúde, com espaços de pesquisa para o desenvolvimento e a distribuição de medicamentos, para a qualificação profissional, para o planejamento e a avaliação de projetos em saúde, entre outros.

A relação educação e saúde foi observada em diversas diretorias na secretaria, principalmente aquelas relacionadas à Atenção Básica e à Educação Permanente em Saúde, por meio da Escola de Saúde Pública e da Escola de Nível Médio. Ambas apresentaram a importância de capacitação dos profissionais da saúde, desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão, necessidade de avaliação contínua do andamento das ações, implantação e investimento em novas ações, entre outras competências específicas relacionadas à educação e à saúde. Ou seja, as diretorias e superintendências da secretaria tinham a função de planejar, implementar, avaliar e divulgar as ações de saúde pública, inclusive, naquelas que envolvessem a educação e a saúde. O documento ainda citava como finalidade da secretaria “coordenar as ações programáticas de assistência em saúde, dentre elas, a educação em saúde, saúde do idoso, saúde bucal, saúde da criança e adolescente, saúde da mulher” (Santa Catarina, 2011b. p.2).

A Gerência de Coordenação da Atenção Básica tinha como um dos objetivos viabilizar processos de educação continuada, visando o aperfeiçoamento profissional dos técnicos integrantes da gerência, além de participar na elaboração de materiais educativos relacionados aos setores da saúde (Santa Catarina, 2011a). Além disso, a Diretoria de Educação Permanente deveria, entre outras atribuições, criar estratégias para que a Política de Educação Permanente viabilizasse a realização de atividades que promovessem a educação para a gestão do trabalho em saúde, realizando estudos, propondo critérios, indicadores e fornecendo apoio para o estabelecimento das políticas de gestão do trabalho e de educação na saúde e no acompanhamento de seus resultados.

A Gerência da Escola de Saúde Pública, subordinada diretamente à Diretoria de Educação Permanente em Saúde, tinha como finalidade desenvolver as ações de saúde do estado de Santa Catarina, por meio de estratégias de qualificação profissional, da lógica da educação permanente, incentivava convênios, estudos, discussões e capacitações aos profissionais do SUS, entre outras finalidades. À Gerência da Escola de Nível

Médio cabia responder, junto à Secretaria de Estado da Educação, pelas ações na área de formação de nível médio, considerando o Plano Político Pedagógico e os Princípios da Política Estadual de Saúde, atuando de forma integrada com outras instituições públicas e privadas, das áreas de educação e da saúde, colaborando e participando de estudos e desenvolvimento de projetos, na busca da melhoria da qualidade dos serviços de saúde prestados à população. Além disso, deveria realizar a capacitação de ingresso dos profissionais recém-admitidos no quadro de pessoal da Secretaria de Estado da Saúde, como etapa inicial do processo de educação permanente.

As ações de saúde do estado de Santa Catarina eram realizadas com a intenção de trabalho conjunto entre os diferentes setores da sociedade. Um estudo realizado com profissionais da saúde destacou a importância de uma rede interdisciplinar e de trabalho em conjunto, transpondo os serviços específicos de saúde e ampliando olhares para projetos sociais e de inclusão (Nunes *et al.*, 2020). A partir disso, a busca pela qualidade no atendimento pelo poder público deveria ser constante, tendo em vista que a população tem o direito de receber um serviço rápido e efetivo. Assim, as políticas públicas de educação, esporte e saúde representam o compromisso do poder público com o atendimento de qualidade à sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise dos documentos disponíveis *on-line* acerca das políticas públicas de educação, esporte e saúde no estado de Santa Catarina, pode-se chegar a algumas considerações. As possibilidades de interdisciplinaridade são inúmeras, sendo em alguns casos já realizados. Entretanto, parece haver a falta de planejamento e de ações organizadas conjuntamente entre as secretarias/setores do poder estadual.

Os documentos ou informações disponíveis nas páginas eletrônicas do Governo do Estado de Santa Catarina, bem como da SED, SOL e SES estavam voltadas para a divulgação das ações do governo e não de Estado, prejudicando a continuidade de ações implementadas, além de não disponibilizar o projeto na íntegra. O fato de somente estar disponível uma introdução (apresentação) do programa/projeto transmite ao leitor apenas uma ideia geral do que está sendo desenvolvido no estado, limitando a adequada compreensão, participação e análise profunda dos seus conteúdos por parte da população.

As informações encontradas acerca das políticas públicas de educação, esporte e saúde destacam a importância social dos projetos, mas não trazem as ações concretas, como eles funcionam na prática, nem dados da real necessidade de suas implementações. Além disso, eram citadas propostas de trabalhos interdisciplinares, porém, sem demonstrar claramente uma operacionalização. Na maioria dos casos, identificou-se uma tendência de intenções multidisciplinares ao invés de interdisciplinares, o que poderia melhorar ainda mais a intervenção junto à população. Em relação a este último, citar como exemplo um projeto que acontecesse nos centros de saúde, em que diferentes profissionais atuariam em conjunto e integrados, de modo que houvesse o compartilhamento de experiências e conhecimentos a fim de melhor atender a população.

Os documentos analisados apresentaram uma tendência em citar dados históricos para justificar as ações do futuro, sem, muitas vezes, analisar o que tem acontecido cotidianamente, como, por exemplo, demora no atendimento, precariedade de instalações ou recursos humanos, entre outras situações. Além disso, apesar de os documentos apresentarem ótimas propostas, eles não demonstram claramente como isso deve ser operacionalizado, e como esses projetos poderiam melhorar ativamente a prática pedagógica e a intervenção nos diferentes espaços de atendimento à população. Em conjunto, governo e sociedade têm o poder de transformar a realidade, buscando sempre o melhor desenvolvimento e evolução de todos os setores públicos de atendimento à população. No entanto, nem sempre, ambos estão em sintonia.

É recomendada a criação de cargos técnicos para que uma comissão de interdisciplinaridade seja efetivada, independentemente das configurações políticas que são criadas ao longo de diferentes mandatos, para que este assunto seja mais amplamente debatido, desenvolvido e implementado com foco no desenvolvimento de políticas de estado. Por vezes, ao se estar vinculado diretamente a uma pasta do governo ou cargos nomeados, diferentes agentes externos podem influenciar as tomadas de decisões.

O presente estudo apresenta limitações teóricas e metodológicas. A não adoção de um modelo conceitual para análise dos dados nos permite maior flexibilidade em nossas discussões, entretanto, pode dificultar a compreensão por não apresentar conceitos prévios acerca do assunto e dificultar a comparação com outros contextos. Além disso, não foram adotadas outras fontes de informação como, por exemplo, notícias em jornais impressos ou televisivos, bem como a solicitação de documentos físicos. Sugere-se que futuros estudos analisem uma maior fonte de informações e que entrevistas com gestores sejam realizadas para obtenção de informações mais profundas que, muitas vezes, não são traduzidas em documentos.

REFERÊNCIAS

- ALVARENGA, A. T. *et al.* Histórico, fundamentos filosóficos e teórico-metodológicos da interdisciplinaridade. In: PHILIPPI JR., A.; SILVA NETO, A. (org.). *Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia & inovação*. Barueri: Manole, 2011.
- AMARAL, S. C. F. Políticas Públicas. In: GOMES, C. L. (org.). *Dicionário crítico do lazer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 181-184.
- BARRA, A. O.; SILVA, S. A. P.S.; VITORINO, M. R. Public sports policy: a formative experience for sports administrators based on the logical framework approach. *Journal of Physical Education and Sport*, Pitesti, v. 16, n. 3, p. 841-849, 2016.
- BASTOS, F. C. Apontamentos sobre a participação da sociedade no desenvolvimento de políticas de esporte no Brasil. *Revista Intercontinental de Gestão Desportiva*, [s.l.], v.1, n. 1, p. 44-59, 2011.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição*: República Federativa do Brasil. Brasília/DF: Senado Federal, 1988.

BUENO, L. *Políticas públicas do esporte no Brasil: razões para o predomínio do alto rendimento*. 2008. 314 f. Tese (Doutorado) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo. Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2008.

CARNEIRO, J. A. *et al.* Educação Física na Saúde Pública: Primeiros Resultados de uma Pesquisa Ação. In: Congresso Goiano de Ciências do Esporte Ciência & Compromisso Social: Implicações na/da Educação Física e Ciências do Esporte, 7., 2011. Anápolis. Anais... [s.l.]: Unievangélica, 2011. Disponível em: <http://congressos.cbce.org.br/index.php/7congoce/VII/paper/download/3855/1262>. Acesso em: 05 nov. 2014.

COFFEY, A. Analysing Documents. In: FLICK, U. *The SAGE Handbook of Qualitative Data Analysis*. SAGE: London, 2014. p. 367-379.

CRISTALDO, R. C. Apontamentos para uma Crítica da Administração Política como Estratégia para o Desenvolvimento. *Revista Interdisciplinar de Gestão Social*, Bahia, v. 9, n. 3, set./dez. 2020.

FURTADO, S.; FURTADO, I. W. O financiamento público do esporte em Santa Catarina: o FUNDESORTE e a destinação de seus recursos. *FIEP BULLETIN*, [s.l.], v. 84, n. Special Edition, p. 1-7, 2014.

GOELLNER, S. V. Locais da memória: histórias do esporte moderno. *Arquivos em Movimento*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 79-86, 2005.

GUARESCHI, N. *et al.* Problematizando as práticas psicológicas no modo de entender a violência. In: STREY, M. N.; AZAMBUJA, M. P. R.; JAEGER, F. P. Violência, gênero e Políticas Públicas. Porto Alegre: Edipucrs, 2004.

HARRIS, J. K. *et al.* Mapping the Multidisciplinary Field of Public Health Services and Systems Research. *American Journal of Preventive Medicine*, Philadelphia, v. 41, n. 1, p. 105-111, 2011.

HOULIHAN, B. Public sector sport policy: developing framework for analysis. *International Review of Sociol Sport*, London, v. 40, n. 2, p. 163-185, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Brasil em Síntese*: educação, 2017. Disponível em: <http://brasilemsintese.ibge.gov.br/educacao>. Acesso em: 21 fev 2017.

LANGDON, E. J. Os diálogos da antropologia com a saúde: contribuições para as políticas públicas. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 4, p. 1019-1029, 2014.

LEÃO, G.; DAYREL, J. T.; REIS, J. B. Jovens olhares sobre a escola do ensino médio. *Caderno Centro de Estudos Educação e Sociedade*, Campinas, v. 31, n. 84, p. 253-273, 2011.

LIMA, A. P. S.; SANTOS, M.F. S. A propósito da prisão e do trabalho penitenciário. *Teoria Política e Social*, [s.l.], v.1, n. 1, p. 15-29, 2008.

MATIAS, V. B. *et al.* A Lei de Incentivo Fiscal e o (não) Direito ao Esporte no Brasil. *Movimento*, Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 95-110, 2015.

MCCREE, R. Sport policy and the new public management in the Caribbean: convergence or resurgence? *Public Management Review*, London, v. 11, n. 4, p. 461-476, 2009.

MOON, S. B. Early results of pediatric appendicitis after adoption of diagnosis-related group-based payment system in South Korea. *Journal of Multidisciplinary Healthcare*, [s.l.], v. 8, n. 1, p. 503-509, 2015

NUNES, C. K.; SILVA, A. B.; KANTORSKI, L. P.; COIMBRA, V. C. C.; OLSCHOWSKY, A. Cuidado intersetorial em saúde mental na infância e adolescência: para além da instituição saúde. *Revista de pesquisa: cuidado é fundamental*, [s.l.], v. 12, p. 233-238, 2020.

Organization for Economic Co-operation and Development (OECD). *Pisa 2015 results: excellence and equity in education*. OECD Publishing: Paris, 2016. Disponível em: http://www.keepeek.com/Digital-Asset-Management/oecd/education/pisa-2015-results-volume-i_9789264266490-en#.WKya5TsrLIU#page1. Acesso em: 21 fev. 2017.

OLIVEIRA, V. M. *O que é Educação Física*. São Paulo: Brasiliense. 11. ed. 1994.

PAES, R. R. A pedagogia do esporte e os jogos coletivos. In: ROSE JR. *Esporte e atividade física na infância e adolescência*. São Paulo: Artmed, 2002. p. 89-98.

PEREIRA, C. P. Comunidade e escola: reflexões sobre uma integração necessária. *Ser Social*, Brasília, v. 18, n. 1, p. 229-252, 2006.

SAM, M.; JACKSON, S. Sport Policy Development in New Zealand: Paradoxes of an Integrative Paradigm. *International Review for the Sociology of Sport*, London, v. 39, n. 2, p. 205-222, 2004.

SAM, M. Targeted investments in elite sport funding: wiser, more innovative and strategic? *Management Leisure*, [s.l.], v. 17, n.2, p. 207-220, 2012.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte. *Debate para elaborar o Plano Estadual do Esporte e Lazer*. Florianópolis, SC: Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte, 2017. Disponível em: <http://sol.sc.gov.br/index.php/component/content/article?id=2129:debate-para-elaborar-plano-estadual-do-esporte-e-lazer&catid=1:noticias-em-destaque>. Acesso: 9 jul. 2017.

SANTA CATARINA. *Lei nº 13.792, de 18 de julho de 2006*. Estabelece políticas, diretrizes e programas para a cultura, o turismo e o desporto no Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências. Florianópolis, SC: [s.n.], 2006.

SANTA CATARINA. *Lei nº 16.794 de 14 de dezembro de 2015*. Aprova o Plano Estadual de Educação (PEE) para o decênio 2015-2014 e estabelece outras providências. Florianópolis, SC: [s.n.], 2015.

SANTA CATARINA. *Plano Estadual de Educação 2015-2024: Versão Preliminar*. Florianópolis, SC: Secretaria de Estado da Educação, 2014a.

SANTA CATARINA. *Notícias*. Florianópolis, SC: Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte, 2014b.

SANTA CATARINA. *Portaria Nº 963, de 27 de maio de 2013*: Redefine a Atenção Domiciliar no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Florianópolis, SC: Secretaria do Estado de Florianópolis, 2013.

SANTA CATARINA. *Regimento Interno*. Florianópolis, SC: Secretaria do Estado de Florianópolis, 2011b.

SANTA CATARINA. *Plano Estadual de Saúde 2012-2015*. Florianópolis, SC: Secretaria do Estado de Florianópolis, 2011a.

SANTA CATARINA. *Decreto Nº 2.080, de 3 de fevereiro de 2009*. Regulamenta a Lei nº 13.792, de 18 de julho de 2006, que dispõe sobre o Plano Estadual da Cultura, do Turismo e do Desporto do Estado de Santa Catarina - PDIL, define diretrizes e critérios relativos aos programas e subprogramas que prevê e estabelece outras providências. Florianópolis, SC: Prefeitura Municipal de Florianópolis, 2009.

SANTOS, S. G. *Métodos e técnicas de pesquisa quantitativa aplicada à Educação Física*. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2011.

SARAIVA, L. A.S.; NUNES, A. D. A efetividade de programas sociais de acesso à educação superior: o caso do ProUni. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 45, n. 4, p. 941-964, 2011.

SILVA, E.C.; PELICIONI, M. C. F. Participação social e promoção da saúde: estudo de caso na região de Paranapiacaba e Parque Andreense. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p. 563-572, 2013.

SHILLING, C.; MELLOR, P. Re-Conceptualizing Sport as a Sacred Phenomenon. *Sociology of Sport Journal*, [s.l.], v. 31, n. 1, p. 349-376, 2014.

SPARKES, A.; SMITH, B. *Qualitative research methods on Sports, Exercise and Health*. London and New York: Routledge editora, 2014.

THIESEN, J. S. A interdisciplinaridade como um movimento articulador no processo ensino-aprendizagem. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 39, p. 545-598, 2008.

THOMAZ, F. O. Política Esportiva. In: GONZÁLEZ, F. J.; FENSTERSEIFER, P. E. (org.). *Dicionário crítico de Educação Física*. 3. ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2014. p.510-513.

VILELA, E. M.; MENDES, I. J. M. Interdisciplinaridade e Saúde: Estudo Bibliográfico. *Revista Latino-americana de Enfermagem*, Ribeirão Preto, v. 11, n. 4, p. 525-531, 2003.

VOLLMAR, H. C. *et al.* Health care for people with dementia in 2030 – Results of a multidisciplinary scenario process. *Health Policy*, [s.l.], v. 114, n. 1, p. 254-262, 2014.

WILSON, S. E. A educação abre as portas para um mundo melhor. *Educação*, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 241-251, 2011.